

Visão sistêmica e compromisso social: pressupostos para o exercício do Jornalismo Ambiental na contemporaneidade

Gibran Luis Lachowski

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)\campus de Alto Araguaia

Resumo

O presente artigo científico apresenta os pressupostos necessários para se desenvolver o jornalismo ambiental, tido, conforme seus autores de referência, como modalidade jornalística associada à concepção social, fundada em parâmetros holísticos e compromissada com a justiça socioeconômica e o anúncio de um paradigma cosmológico. Mostra que para desempenhar tal tarefa, em um mundo pautado em grande parte por um paradigma oligopólico, consumista, individualista e insustentável, necessita-se de um profissional com perfil crítico, fundado no interesse público e capaz de promover abordagens que respeitem o trabalho da academia, contudo percebe que a produção de saberes circula por uma dimensão mais ampla, que envolve também os saberes populares.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; perfil crítico; novo paradigma; compromisso social; visão sistêmica.

Abstract

This following scientific article presents necessary conditions to develop environmental journalism, as the reference's authors say, a journalistic genre associated to social conception, based on holistic parameters compromised to socioeconomic justice and the announcement of a cosmological paradigm. It shows that to perform such a task, in a world largely ruled by a oligopolistic paradigm, consumerist, individualistic and unsustainable, it is needed a professional with critic attitude, based on public interest e capable of promoting approaches that respect academy's studies, but also, realizes that the production of knowledge circulates a wider dimension, that also involves popular knowledge.

Key-words: environmental journalism, critic attitude, new paradigm, social commitment, systemic view.

Macrocenário contemporâneo

O mundo se vê em crise pouco mais de duas décadas após a histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (ECO-92), que teve a presença de ong's e governos de 179 países e lançamento da Agenda 21, com vistas à proteção ambiental, justiça social e sustentabilidade econômica.

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2013, lançado em julho deste ano, aponta que pobreza extrema no mundo caiu pela metade, e cinco anos antes do programado, mas ainda assola 1,2 bilhão de pessoas – 17% da população do globo (Letra, 2013). O mesmo organismo indica iminente escassez global de água potável.

E o relatório de setembro de 2013 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que reúne 195 países e cerca de 900 cientistas, assinala com 95%

de certeza que o aquecimento global está acontecendo e que o homem é o principal responsável (MARQUES, 2013, p. 40).

Esse é o macrocenário que envolve o exercício do jornalismo ambiental, tributário de uma visão holística de mundo, que desde o fim do século XX revoluciona o modo de pensar e agir das ciências, compreendendo a vida como um todo interligado em oposição ao racionalismo mecanicista e compartimentarizado da física clássica (CAPRA, 1986).

Esse pensamento, revolucionário, que procura enxergar a ciência como algo associado ao movimento de contínua conexão do universo, é compartilhado por Morin. Para o sociólogo (1995, p. 171-172),

O conhecimento clássico julgava encontrar a certeza dos seus fundamentos na ordem da natureza, na separabilidade dos seus objetos e na lógica dedutiva identitária. O conhecimento complexo enfrenta a incerteza, a inseparabilidade e as insuficiências da lógica dedutiva-identitária. Já não há fundamento único ou último para o conhecimento. Já não há ordem soberana num universo onde caos, desordens e acasos obrigam a negociar com a incerteza. (...) Existe, portanto, a necessidade de contextualizar todos os conhecimentos particulares e, se possível, de introduzi-los no conjunto ou no sistema global de que são momentos ou partes. (MORIN, 1995, p. 171-172)

História, conceitos e fundamentos

Equipado de percepção sistêmica, o jornalismo ambiental conceitua-se como exercício profissional aferrado ao interesse público, sob declarado engajamento social, crítico de um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável, anunciador de um paradigma cosmológico, baseado em cobertura sistemática, abrangente, transdisciplinar, de caráter formativo e cidadão acerca de ocorrências, processos e pesquisas sobre preservação e diversidade ambiental (GIRARDI E LOOSE, 2009).

Complementam as autoras, no sentido de detalhar a missão a ser empreendida, que

Os jornalistas voltados para a cobertura ambiental devem ser conscientes que a informação sobre meio ambiente exige uma dupla responsabilidade no seu fazer-se, já que além dos cuidados tidos para revelar o fato de forma plural, objetiva e o mais comprometida possível com a verdade, a informação ambiental afeta de modo certo o futuro da humanidade. A necessidade de não fragmentar a realidade, com o fim de contribuir para a educação efetiva da sociedade, deve ser uma regra para os profissionais que pretendem também ser cidadãos. (GIRARDI E LOOSE, 2009, p. 4)

Sendo assim, traz como fundamentos: a atuação para além do factual; a pluralidade de fontes de informação; a alteridade; a conexão com outras áreas (como economia, política, cultura e história); o reconhecimento da multiplicidade de saberes; e o contínuo acompanhamento de estudos feitos pela comunidade acadêmica. Isso gera uma lista inacabável de temas de reportagens, entre elas, relativas à gestão de águas e energia, desmatamento, catástrofes, agricultura familiar, economia solidária, mercado de carbono, investimentos em biotecnologia.

Esses conceitos e fundamentos têm um diálogo estreito com o jornalismo de concepção social. Tal perspectiva remonta a fundamentação da linguagem e do discurso jornalísticos como resultado do desenvolvimento histórico enquanto profissão, sistema de comunicação e campo científico, levando em conta, sobretudo, a relação dialética entre mercadoria e interesse público.

Em cerca de 400 anos viu-se: a evolução das primeiras folhas regulares à convergência tecnológica, expressa pela internet; a inicial retórica publicista, passando pela distinção da informação quanto à opinião, ao esforço atual de compor uma narrativa que mescle texto, áudio, vídeo e foto em suas múltiplas possibilidades; a constituição sócio-histórica de imagens, funções e metodologias de trabalho do jornalista; e a elevação da informação a insumo preponderante da vida contemporânea (LAGE, 2005).

Esse processo produziu vários modelos de jornalismo, sob características nacionais e padrões externos, sendo reunidos, segundo Kunczik (2002), em ocidental, socialista e de desenvolvimento sociotecnológico. O primeiro divide-se em: isento e de base técnica; defensor de causas; mediador social; professoral (tradutor e problematizador de inovações); de precisão; e de entretenimento. O socialista seria o revolucionário e autocrítico, educador de massas. Já o chamado desenvolvimento sociotecnológico aconteceria em países emergentes, com foco em pautas de crescimento social e econômico.

Desse conjunto de tipologias é possível depreender os fundamentos da práxis jornalística, sintetizados na finalidade de fornecer informações aos cidadãos para que sejam livres e capazes de se autogovernar, o que se busca com atuação balizada na veracidade dos fatos, rigor na verificação, independência para monitorar o poder, bem como debates públicos e compromisso social, exposição de acontecimentos relevantes de modo interessante, proporcional e compreensível (KOVACH E ROSENSTIEL, 2004, p. 21-22).

Quanto aos obstáculos a essa concepção, sempre aventados – da prevalência do jornalismo como negócio e da inerência da subjetividade ao ser humano –, Chaparro (2007) responde que o processo noticioso é construção social e não espelho da realidade, servindo o ferramental metodológico para garantir que o enunciado jornalístico corresponda a uma ação social, vez que intenta transformar um estado de coisas em outro, para benefício coletivo, conjugando técnica, ética e estética.

No intuito de lidar com o volumoso fluxo diário de informações e discernir o que deve ser veiculado, acionam-se critérios de noticiabilidade, conforme valores-notícia e condições de produção – para além da constatação de que o fato é veraz, atual e novo – cristalizados na rotina produtiva do *newsmaking*.

Dentre vasta lista de valores, um acontecimento pode ser enquadrado pela proeminência dos protagonistas, consequências, raridade, utilidade, proximidade, repercussão e impacto. As condições geralmente concernem à urgência, concorrências, público-alvo, disponibilidade de dados e qualidade do material.

Apesar do caráter utilitário, o *newsmaking* passou a ser utilizado sob um jornalismo pautado prioritariamente pelos índices de audiência (e não pela responsabilidade social da profissão), por fórmulas reducionistas e abordagens descompromissadas (em vez da busca pelo interesse público e pela contribuição com o senso crítico da sociedade).

Dessa forma, na maior parte dos veículos de comunicação, o gênero jornalístico informativo (nota e notícia) adquiriu *status* de prioridade, diminuindo o espaço opinativo (editorial, carta ao leitor, caricatura/charge, coluna, artigo, crônica,

resenha e comentário) e, sobremaneira, interpretativo (reportagem). A entrevista pode estar nos três gêneros, conforme objetivo e teor do material.

Nesse sentido, o *newsmaking* tornou-se um modelo em esgotamento, necessitando-se, assim, que se conceba um novo parâmetro de noticiabilidade, fundado na epistemologia da complexidade (LOPES, 2012).

Essa outra perspectiva possibilita ver a notícia como produto da relação afetiva do jornalista com o mundo, pela conexão singularidade/universalidade efetuada no espaço cotidiano, dando ao profissional um caráter participativo e de responsabilidade social.

O jornalista participa do processo, o que o capacita a perceber mutações necessárias ao caráter daquilo que é ou deve ser noticiável, em sintonia com as demandas sociais da contemporaneidade. A notícia, assim, torna-se um produto da relação afetiva entre o jornalista e o mundo cotidiano. (...) Evidentemente, coerentemente com essa perspectiva, não cabem aqui ideias como a de neutralidade (como não participação), nem de isenção (como sem responsabilidade pela realidade, justamente porque participamos de sua construção). (LOPES, 2002, p. 7-8)

Dessa maneira, observa-se que os fundamentos da linguagem e do discurso jornalísticos vinculam-se a um processo dinâmico e conflitivo em relação ao qual o profissional precisa ter consciência e tomar parte, garantindo protagonismo histórico.

No entanto, tal perspectiva se amplia se compreendido que a enunciação jornalística funciona a partir da interdiscursividade dos âmbitos ideológico, social, histórico e cultural, assim como da língua, dos códigos e das regras do campo da linguagem, compondo realidades discursivas.

Jornalismo especializado

Por ser um tipo especializado, o ambiental carrega características como maior aprofundamento na abordagem, mais espaço e tempo para exposição – via produção de reportagens –, direcionamento à parcela da sociedade (mais interessada no tema), possibilitando identificação com o público e capacidade de orientá-lo diante do caótico fluxo informativo na contemporaneidade.

Apesar da forte lógica comercial por trás do impulso da produção segmentada, tal perspectiva corresponde a uma pressão social por produção mais afinada com setores da sociedade, como se vê a seguir:

O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados midiáticos, o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas. (ABIAHY, 2000, p. 5)

É mais visto, por causa disso, em revistas e, gradativamente, em *sites*, *blogs* e programas de televisão. No caso do primeiro meio midiático, isso pode ser explicado por causa de sua periodicidade, espaçada (geralmente semanal ou mensal), e maior

tempo de pesquisa, aberta a um texto menos rígido, pela proximidade com o público (SCALZO, 2006).

Coberturas

Veja que o jornalismo ambiental é especializado e se destaca por atuar sob uma linha de concepção social, uma das formas de se fazer coberturas constantes e problematizadas é sair do tom episódico do *hardnews* e investir transversalmente nas editoriais com pautas positivas, que trabalhem com exemplos de uso inteligente de recursos naturais, mobilizando iniciativas e gerando esperança.

Assim substitui-se o catastrofismo por rumo e perspectiva, expondo com nitidez o “ecocídio” do modelo econômico hegemônico (oligopolista, consumista e individualista). Desse modo “a expansão da consciência ambiental se dá na exata proporção em que percebemos meio ambiente como algo que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo o que nos cerca e as relações que estabelecemos no universo” (TRIGUEIRO, 2005, p. 13).

Corroborando com esse pensamento Fonseca (2004), afirmando que o jornalista ambiental tem o dever de ser relevante por conhecer a crise socioambiental, entender o papel profissional que deve desempenhar e a capacidade articuladora que a visão sistêmica produz.

Tal postura passa pela responsável mediação entre público e aparato documental científico, vez que são inúmeros os atores sociais subsumidos em cada pauta (empresas, governos, terceiro setor, academia, populações tradicionais e/ou marginalizadas).

Nesse sentido, é importante não só acessar o documento, como conhecer metodologias e testar validades, analisando-o, confrontando-o com outros estudos ou solicitando observações técnicas. Depois, pô-lo em linguagem reconhecível, evitando excessivo didatismo, causador de simplismos e equívocos, como ressalta Peter Nelson (1994).

O jornalismo ambiental também exige extenso trabalho de campo, a fim de que a biodiversidade seja apresentada ao público com um “olhar de dentro” para além das estatísticas e do arcabouço conceitual das pesquisas, sendo propício para entender o funcionamento dos ecossistemas, suas relações biológica e social (GERAQUE, 2004).

Porém, para isso, é necessário que o jornalista saiba como a natureza opera seus padrões e de que modo se dá a montagem de agendas de interesses. Isso pode ser vislumbrado quando se trata de asfaltamento, demarcação de terras, criação de gado, construção de hidrelétricas e vem-se em jogo interesses de grupos diversos e antagônicos, como indústrias de celulose, agrotóxico e farmacêutica de um lado e comunidades ribeirinhas, indígenas e de quebradeiras de castanha de outro.

Nesses casos, é necessário levar em consideração também a política e a economia, visto que há grupos representados por forte bancada parlamentar enquanto outros permanecem na invisibilidade simbólica.

Por isso, Bueno (2007) é incisivo ao dizer que o jornalismo ambiental deve ser feito sob perspectiva crítica, ou seja, ideológica – e não panfletária – e politizada, percebendo o viés do conceito empregado e manejo terminológico, comprometido com a superação da desigualdade social e a democratização do conhecimento.

Afinal, como pontua o autor (2007, p. 28): “é preciso que os comunicadores ou jornalistas ambientais estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo”.

Compreender isso significa, entre outras ações, expurgar a “síndrome de Lattes”, que acomete jornalistas vislumbrados com o currículo de pesquisadores, ampliando rol de entrevistados e refutando a aura de neutralidade acadêmica, tentando um saber ambiental complexo.

Caminho difícil, reconhece o jornalista Washington Novaes em entrevista sobre o assunto ao Observatório da Imprensa em 2012, que enxerga grande parte da mídia dependente do mesmo modelo de desenvolvimento por ela questionado. Essa constatação denota limites da mídia na discussão sobre os males causados pelo desenvolvimentismo econômico e a cultura da obsolescência programada (cultura da descartabilidade) e mostra estreita relação entre patrocínio de grandes empresas telefônicas, bancos, construtoras e governos e abordagens pouco questionadoras.

Mesmo assim, assinala Novaes, é necessário tentar produzir um jornalismo ambiental crítico, ousado e pautado pelo compromisso social. O autor sugere que uma das formas de se conseguir isso e, ainda assim, garantir a sustentabilidade econômica, é estreitar laços com a população, a fim de que o despertar de protagonismos e conscientizações gere pressões sobre o cerne do modelo socioeconômico e político ecocida, cobrando de seus maiores responsáveis mudanças de postura.

O autor aponta que esse estreitamento deve ocorrer no sentido de levantar demandas das comunidades e promover situações em que elas dialoguem com especialistas e a institucionalidade, criando empoderamento e resolução de problemas.

Considerações

Como se vê, os pressupostos do jornalismo ambiental são capazes de causar reflexões densas, associadas ao complexo momento vivenciado pela humanidade. Paramentado da visão sistêmica, isso está em sua raiz e afeta profundamente a essência do trabalho de quem se propõe a levá-lo a sério, mais do que o trivial desenvolvimento de um trabalho ou do exercício regular de uma profissão.

Afinal, como pontua Boff (2003), o momento é delicado e, portanto, urge mobilizar as sociedades com seus múltiplos atores, para a passagem do paradigma dominador – extrativista e explorador – ao *ethos* do cuidado – consigo, com os outros, com a natureza –, posto que vivemos em uma “casa” comum, a Terra, e que devemos reverberar condutas que busquem consensos e conservem a espécie humana.

Em concordância com o autor, entende-se a empreitada incluir o jornalismo ambiental, capaz de colaborar sem perder o rigor investigativo e problematizador, exercitando seu pressuposto maior: o de atender o interesse público, potencializando cidadania e senso de corresponsabilidade.

Notas

(1) Destaque principalmente para a notícia. A diferença entre nota e notícia é que a primeira se restringe a elementos essenciais de um fato e possui menor tamanho\espaço\tempo enquanto que a outra produz uma peça factual com mais informações, por meio de entrevistas, observações diretas e citação de documentos.

(2) A entrevista foi concedida para a edição de 12\06\2012 do programa, transmitido pela TV Brasil (pública). Foi um especial acerca da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio + 20 –, ocorrida em junho do ano passado. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/observatorio/episodio/rio20-washington-novaes>>. Acesso em 06\11\2013.

Referências

- ABIAHY, Ana Carolina de Araujo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/abiah-y-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 06\11\2003.
- BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: Um consenso Mínimo entre os Humanos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **A pragmática do jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- FONSECA, André Azevedo da. Água de uma fonte só. In: **Formação e informação ambiental – jornalismo para iniciados e leigos**. VILAS BOAS, Sergio (org.). São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- GERAQUE, Eduardo. Perceber a diversidade. In: **Formação e informação ambiental – jornalismo para iniciados e leigos**. VILAS BOAS, Sergio (org.). São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling. **A percepção ambiental no discurso jornalístico da revista Sustenta**. Cultura Midiática. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano II, N° 2, jul\dez, 2009. Disponível em: <<http://jornalismoemioambiente.com/artigos/>>. Acesso em: 06\11\2013.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: EdUsp, 2002.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalismo**. Petrópolis: Elsevier, 2005.
- LETRA, Leda. **Número de pessoas vivendo na pobreza extrema cai pela metade**. Rádio ONU. 1º\07\2013. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2013/07/numero-de-pessoas-vivendo-na-pobreza-extrema-cai-pela-metade/>>. Acesso em: 06\11\2013.
- MARQUES, Fabrício. **O mundo mais quente**. Revista Pesquisa Fapesp. Outubro\2013. p. 39-41. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/17944>>. Acesso em: 06\11\2013.
- MORIN, Edgar. **Os meus demônios**. Mem Martins: Publicações Europa América, 1995.
- NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Brasília: WWF, 1994.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável – Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

Breve biografia

Gibran Luis Lachowski é mestre em Estudos de Linguagem e graduado em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)\campus de Cuiabá e professor do curso de Comunicação Social (habilitação Jornalismo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)\campus de Alto Araguaia. Militante do movimento pela democratização da comunicação. Endereço: rua João Segundo, número 1349, casa 04, bairro Atlântico, cidade Alto

Araguaia\MT, cep 78780-000. E-mail: prof.gibranluis@gmail.com . Telefones: (66) 3481-1160 e (66) 9612-5018.